

**INCLUSÃO DIGITAL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: REFLEXÕES SOBRE AS
AÇÕES NO CAMPO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL**

***INCLUSIÓN DIGITAL EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR: REFLEXIONES SOBRE LAS
ACCIONES EN EL ÁMBITO DE LA ATENCIÓN AL ESTUDIANTE***

***DIGITAL INCLUSION IN HIGHER EDUCATION: REFLECTIONS ABOUT ACTIONS
IN THE STUDENT ASSISTANCE FIELD***



Adauton Ezequiel MÜLLER¹
e-mail: adauton.muller@ufsm.br



Andréa Forgiarini CECCHIN²
e-mail: andrea.cecchin@ufsm.br



Vanessa dos Santos NOGUEIRA³
e-mail: vanessa.nogueira@ufsm.br

Como referenciar este artigo:

MÜLLER, A. E.; CECCHIN, A. F.; NOGUEIRA, V. S. Inclusão digital na educação superior: Reflexões sobre as ações no campo da assistência estudantil. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 18, n. 00, e023044, 2023. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v18i00.17184>



- | Submetido em: 08/09/2022
- | Revisões requeridas em: 24/01/2023
- | Aprovado em: 09/02/2023
- | Publicado em: 01/08/2023

Editor: Prof. Dr. José Luís Bizelli
Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

¹ Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria – RS – Brasil. Assistente Social da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE). Mestrado em Políticas Públicas e Gestão Educacional (UFSM).

² Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria – RS – Brasil. Professora Titular do Departamento de Fundamentos da Educação. Doutorado em Educação (UFSM).

³ Faculdade SOBRESP (SOBRESP), Santa Maria – RS – Brasil. Professora. Doutorado em Educação (UFSM).

RESUMO: Este artigo apresenta um recorte da pesquisa intitulada “Assistência Estudantil e Inclusão Digital: um estudo sobre as ações na UFSM”, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, da Universidade Federal de Santa Maria. Objetiva discutir a relevância das ações de inclusão digital e seus desdobramentos frente às desigualdades social, educacional e digital no contexto da Assistência Estudantil. A partir de revisão de literatura, verifica-se que a Assistência Estudantil é uma política pública que oportuniza condições para a permanência dos estudantes na educação superior pública e tem potencializado modificações em relação à desigualdade de oportunidades de acesso, permanência e conclusão dos cursos. Entretanto, sinaliza a complexidade e a necessidade de promoção de ações nos diversos eixos do Programa Nacional de Assistência Estudantil e a sua articulação com outras ações da universidade. Na perspectiva da inclusão digital, evidencia a necessidade de um maior debate e priorização pelas instituições.

PALAVRAS-CHAVE: Assistência estudantil. Educação superior. Inclusão digital. Vulnerabilidade social.

RESUMEN: Este artículo presenta un extracto de la investigación titulada “Atención al Estudiante e Inclusión Digital: un estudio sobre las acciones en la UFSM”, vinculada al Programa de Posgrado en Políticas Públicas y Gestión Educativa, de la Universidad Federal de Santa María. Tiene como objetivo discutir la pertinencia de las acciones de inclusión digital y sus repercusiones frente a las desigualdades sociales, educativas y digitales en el contexto de la Atención al Estudiante. A partir de una revisión bibliográfica, se desprende que la Asistencia Estudiantil es una política pública, que ofrece condiciones para que los estudiantes permanezcan en la educación superior pública y ha potenciado cambios con relación a la desigualdad de oportunidades de acceso, permanencia y finalización de estudios. Sin embargo, señala la complejidad y la necesidad de impulsar acciones en los diversos ejes del Plan Nacional de Atención al Estudiante y su articulación con otras acciones universitarias. Desde la perspectiva de la inclusión digital, destaca la necesidad de un mayor debate y priorización por parte de las instituciones.

PALABRAS CLAVE: Atención al estudiante. Educación superior. Inclusión digital. Vulnerabilidad social.

ABSTRACT: This article presents a piece of research entitled “Student Assistance and Digital Inclusion: a study about actions at UFSM”, linked to the Postgraduate Program in Public Policy and Educational Management at the Federal University of Santa Maria (UFSM). It aims to discuss the relevance of digital inclusion actions and their repercussions in face of the social, educational, and digital inequalities in the context of Digital Inclusion. From Literature Review, it was verified that Student Assistance is a public policy that enables conditions for the permanence of students in public Higher Education and it has enhanced modifications concerning inequality in access opportunities, permanence, and conclusions of the degree courses. However, it points out its complexity and the need for action promotions in the several themes described in the National Educational Assistance Plan, and its articulations with other actions in the university. From the digital inclusion perspective, it highlighted the need for a greater debate and the institution's prioritization.

KEYWORDS: Student assistance. Higher education. Digital inclusion. Social vulnerability.

Introdução

O debate sobre a inclusão digital e a necessidade de implementação de políticas públicas neste campo tornou-se mais importante na atualidade. Em evidência desde março de 2020, um novo cenário mundial no qual as pessoas foram obrigadas a modificar rapidamente seus modos de viver, sentir, relacionar-se, trabalhar, pensar e estudar, definidos a partir da necessidade urgente de isolamento/distanciamento social para evitar o contágio de uma nova doença grave. Repercutiu neste período a pandemia de Coronavírus (SARS-Cov-2), esta que se revelou ao longo do tempo uma doença altamente infecciosa e que ficou popularmente conhecida como Covid-19.

Diante deste cenário, no campo da educação, mais especificamente na educação superior, as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) são impulsionadas a buscar medidas para a continuidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão, de modo a garantir, minimamente, a continuidade do processo de ensino e aprendizagem. Deste modo, são rapidamente organizados sistemas remotos de ensino que, mediante a utilização de tecnologias, permitem a realização de aulas, palestras, lives, eventos, entre outros, de modo on-line e, com isso, permitem a manutenção e continuidade do ano letivo nas instituições.

Tais atividades realizadas de modo on-line modificaram significativamente o cotidiano e as relações no contexto da universidade. Um novo ritmo, muito mais intenso, acelerado e extenuante, apresenta-se aos envolvidos na aprendizagem, bem como, demanda alterações significativas no modo de realizar o processo educacional.

Entretanto, de acordo com Tenório, Ferreira e Souza (2021, p. 96):

[...] o ensino remoto adotado como estratégia para garantia do acesso à educação em tempos de pandemia reafirma que mesmo com formulação de políticas públicas que visam diminuir as desigualdades sociais e contribuir para formação de uma sociedade que promove a justiça social, ainda não são suficientes, visto que grande parte da população não dispõe de acesso à internet tampouco aos recursos tecnológicos utilizados no presente momento para promoção do ensino.

Segundo as autoras, com o advento do ensino remoto, apresenta-se em evidência a necessidade emergente de utilização massiva das tecnologias. Revelam-se assim as desigualdades entre os que possuem o acesso e parcelas de estudantes sem condições de acompanhar as atividades que estão sendo propostas. Desse modo, as IFES, como forma de minimizar essas desigualdades, veem-se obrigadas a promoverem políticas públicas de acesso aos recursos tecnológicos, por meio do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Neste sentido, as IFES estabelecem esforços para proporcionar novas medidas que permitam a inclusão digital dos estudantes e sua conseqüente permanência nas atividades proporcionadas pelos cursos. Assim, no contexto da educação superior em tempos de pandemia, institui-se no âmbito das universidades um conjunto de novas dinâmicas, nas quais a tecnologia ocupa maior importância e necessidade.

Ao pensar nesta perspectiva, concorda-se com Marcon e Mallagi (2021), que a dinâmica educacional adota uma maior inerência às tecnologias digitais de rede na sociedade e na escola, suscitando conectividade intensa e provocando maior necessidade de acesso e apropriação das tecnologias na vida social dos estudantes.

Entretanto, nesta conjuntura, com acentuadas desigualdades, a questão que emerge é: como possibilitar aos estudantes atendidos pelo PNAES a conectividade e o acesso necessários para sua efetiva participação nos contextos de aprendizagem e concretizar o seu processo de formação, impactando nas desigualdades social, educacional e digital existentes?

Busca-se responder a esse questionamento a partir das pesquisas no âmbito da produção científica nacional, na qual se investigou escritos que pudessem contribuir e embasar este debate. Desta maneira, realizou-se uma revisão de literatura tendo por base as buscas na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Ao considerar a abordagem desenvolvida na pesquisa, destaca-se o pensamento de Yin (2016, p. 55), ao descrever que:

O principal propósito da revisão seletiva é aguçar suas considerações preliminares sobre o tema de estudo, método e fonte de dados. Em vez de assumir uma perspectiva mais ampla e relatar o que sabe sobre um tema (o que seria objeto de uma revisão mais abrangente), seu objetivo é revisar e relatar em maior detalhe um leque específico de estudos anteriores, diretamente dirigidos a seu provável tema de estudo, método e fonte de dados.

Neste sentido, a revisão de literatura também foi adotada para procurar responder outras questões relacionadas à pesquisa de Mestrado, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional (PPPG-UFSM), Mestrado Profissional, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), intitulada “Assistência Estudantil e inclusão digital: um estudo sobre as ações na UFSM”. O referido estudo, ainda em andamento, objetiva “analisar as ações de inclusão digital relacionadas à política institucional de Assistência Estudantil na UFSM, buscando compreender a sua importância e qual a sua influência para a permanência dos estudantes na instituição”.

Acredita-se que o debate sobre a Assistência Estudantil (AE) e a Inclusão Digital (ID) pode contribuir para as discussões sobre a temática e dar visibilidade para essa ação da política de AE, emergente no contexto da pandemia da Covid-19, que teve sua importância acentuada no cenário da educação superior em virtude da adoção do ensino remoto pelas IFES. Além disso, a pesquisa se justifica na possibilidade de destacar a importância da ID como um dispositivo que, somado aos demais recursos da AE, potencializa a garantia da permanência dos estudantes e pode ser considerada imprescindível para a minimização das desigualdades social, digital e educacional, na atualidade.

O presente artigo objetiva discutir a relevância das ações no campo da inclusão digital e a sua influência para a minimização das desigualdades social, educacional e digital no contexto da Assistência Estudantil, tendo por cenário a educação superior pública e como pano de fundo as ações previstas pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Para uma melhor sistematização, o texto foi estruturado da seguinte forma: a Introdução que apresenta o contexto do tema de estudo, o problema e o objetivo da pesquisa, além da justificativa; a segunda parte, que mostra o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES): uma política em construção, na qual se procura fazer algumas reflexões acerca da política e sua complexidade; a terceira parte, que aborda a inclusão digital no contexto do PNAES e aponta a emergência da inclusão digital dentre as ações da política de Assistência Estudantil, destacando a sua importância na atualidade para a efetividade da garantia da permanência dos estudantes. Por fim, nas considerações finais, procura-se indicar algumas reflexões/inquietações sobre o estudo.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES): uma política em construção

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que é fruto de luta dos movimentos sociais e estudantis e foi instituído pelo Decreto 7.234, de 19 de julho de 2010, consolida-se na perspectiva de um direito aos estudantes em vulnerabilidade social e “[...] tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal” (BRASIL, 2010, n.p.).

De acordo com Silva (2016), o PNAES potencializa o acesso e a permanência de estudantes na Educação Superior Pública. Para esta autora:

Pode-se afirmar que o programa busca a ampliação e democratização das condições de acesso e permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais no que se refere ao acesso efetivo (acesso, permanência e conclusão do curso) à educação superior e contribuir para a promoção da inclusão social através da educação. Consta-se que o PNAES foi um significativo avanço democrático que destoa da lógica contida nas legislações que vinham sendo construídas, pois, a assistência estudantil é concebida como direito dos estudantes em situação de vulnerabilidade social, garantido por recursos específicos, a compreensão sobre as necessidades dos estudantes é ampliada, assim como as ações ofertadas para supri-las, bem como em razão de sua própria materialização embasada em princípios democráticos e de cidadania (SILVA, 2016, p. 56).

Na perspectiva desta autora, o PNAES tem possibilitado melhores condições para a permanência dos estudantes na educação superior pública e potencializado modificações em relação à desigualdade de oportunidades no acesso, permanência e conclusão dos cursos.

No mesmo sentido, Crosara e Silva (2020, p. 34) sinalizam que a Assistência Estudantil conquistou seu espaço em relação ao direito à educação, principalmente “por ser um importante mecanismo de garantia de permanência e conclusão da educação superior, na medida em que promove aos estudantes economicamente vulneráveis melhores condições no percurso universitário”. Segundo estes autores, quando as pessoas mais vulneráveis conseguem vencer obstáculos que não existem para quem pertence a estratos sociais mais elevados, a equidade é promovida, oportunizando que os dois grupos permaneçam na universidade e concluam o ensino superior, “realizando vários objetivos da democracia brasileira constante no artigo 3º da Constituição” (CROSARA; SILVA, 2020, p. 34).

Numa breve análise dos trabalhos pesquisados na revisão de literatura aqui apresentada, verifica-se que o PNAES se configura como um importante avanço. Entretanto, observa-se que dentre os desafios da permanência estão a complexidade da Assistência Estudantil e a necessidade de promoção das ações nos diversos eixos de atuação do Programa, bem como a sua articulação com outras ações no contexto da universidade.

No que se refere à complexidade que foi indicada a partir dos resultados da revisão de literatura, acredita-se que ela reside na percepção de que as IFES tiveram modificação significativa em seu perfil de atendimento para o campo da Assistência Estudantil, mediante a adoção ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e do Sistema de Seleção Unificada (SISU) para os seus sistemas de ingresso à universidade, considerado o seu contexto recente de expansão, conforme esclarece Andifes:

A democratização do acesso ao ensino superior, resultante da ampliação do número de Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), cursos e vagas, da interiorização dos campi das mesmas instituições, da maior mobilidade territorial via ENEM/SISU e da reserva de vagas para estudantes com origem em escolas públicas, por meio de cotas (Renda, PPI – pretos, pardos e indígenas - e Pessoas com Deficiência), modificou radicalmente o perfil da recente geração de discentes dos cursos de graduação das universidades federais e dos Cefets MG e RJ (BRASIL, 2019, p. 2).

Além disso, convém destacar que a mobilidade oportunizada pelo SISU tem modificado também a realidade do conjunto das IFES e seus cotidianos, e demandando ao Governo Federal maiores investimentos e financiamento no campo das ações da AE, além de ter provocado modificações estruturais importantes no funcionamento desta política, no sentido de atender à população de estudantes em suas demandas (de moradia, alimentação, transporte, atenção à saúde, etc.) para a garantia das condições de permanência na universidade. Essa dinâmica relação entre o aumento de demanda por ações e a necessidade de maior financiamento, num contexto adotado pelo Governo Federal, de cortes de recursos para o campo da Educação, torna-se um grande desafio institucional para a gestão dos recursos no cotidiano das IFES.

Segundo Perske (2020, p. 116): “[...] Este é um quadro cada vez mais frequente nas IFES, sendo um desafio tanto para os discentes quanto para as instituições de ensino, pois manter os estudantes torna-se mais complexo do que proporcionar-lhes o acesso”.

Conforme indica a autora, manter os estudantes em seus cursos, neste contexto de cortes e restrições no financiamento da Assistência Estudantil, desafia estudantes com vulnerabilidade socioeconômica e as instituições de ensino na busca por novos modos de agir para superar tais dificuldades. Essas questões refletem na integralização dos cursos e no desenvolvimento do processo de aprendizagem, portanto indicam necessidade de atenção e requerem medidas para modificação/ampliação das possibilidades de apoio que têm sido prestados pelas IFES.

No mesmo sentido, Pozobon (2019, p. 74) comenta que:

[...] vale lembrar que é o repasse de recursos que, efetivamente, permite que a política AE seja implementada e garanta as condições institucionais necessárias para o atendimento dos estudantes e efetivação do que se propõe. Sem investimentos do Estado em recursos financeiros humanos e materiais, não há garantia de direitos sociais, mesmo que estes direitos estejam constituídos em legislações.

A autora alerta sobre a importância da questão do financiamento da Assistência Estudantil e o repasse de recursos para a efetividade da política em seu papel de garantir as condições institucionais para a permanência dos estudantes.

Com relação ao financiamento, Crosara e Silva (2020) sinalizam que, na atualidade, verificam-se desde já a insuficiência de dotação orçamentário-financeira, no que concerne à realidade socioeconômica estudantil (demanda) predominante nas IFES, que vem combinada com a redução nos seus valores, seja em termos econômicos reais ou até mesmo nominais.

Outro elemento que contribui para a complexidade da AE, na atualidade, é a organização que advém do processo de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, instituído pelo Decreto nº. 6.096, de 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2007a), o chamado REUNI. Ele foi positivo à medida que ampliou a possibilidade de expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior. Entretanto, segundo Silva (2016, p. 39):

Com o REUNI, as políticas de cotas e o aumento de recursos nestas instituições, cresceu o número de estudantes advindos dos segmentos populares, assim como as ações de assistência estudantil voltadas para o atendimento dos mesmos. Portanto, é inegável o significativo avanço na expansão da educação superior pública, entretanto, sua trajetória mostra um caminho que não direciona para sua universalização, mas para uma grande expansão do mercado da educação.

Deste processo de expansão decorre uma considerável ampliação das vagas para a Educação Superior. Conforme dados da V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural do(as) Graduandos das IFES 2018:

O crescimento do número de vagas tem relação direta com a abertura de novas instituições federais de ensino superior. Foram criadas 18 novas IFES no período de 2005 a 2017, contemplando quatro das cinco regiões do país. Houve um crescimento de 40% no percentual de universidades federais no país, com valores mais significativos na região Sul, seguida da região Nordeste. Em termos de novos campi abertos no mesmo processo de expansão, eram 148 em 2002, alcançando 408 em 2017, registrando-se crescimento de 176% em quinze anos. Em termos regionais, o Nordeste e o Norte lideraram a expansão (BRASIL, 2019, p. 5).

No entanto, dados constantes do mesmo relatório e sobre a expansão das IFES demonstram que pesquisas anteriores já indicavam a modificação do perfil dos usuários da política e a percepção por parte da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) e do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assistência Estudantil (FONAPRACE) dos desafios em relação às dificuldades referentes à manutenção das políticas de permanência, considerando-se a rápida modificação do perfil dos discentes das IFES e o descompasso entre o volume de recursos destinados à área. (BRASIL, 2019). Também contribui para a complexidade da AE o fato de que ela:

[...] já nasce focalizada e residual, destinada aos estudantes pertencentes à classe trabalhadora e, por essa condição, enfrentando, nas suas condições subjetivas de vida, dificuldades para a permanência no ensino superior - características herdadas do processo de institucionalização da assistência social como um direito na sociedade brasileira (MOCELIN, 2019, p. 250).

Tais condições subjetivas de vida, que dificultam a permanência dos estudantes na universidade conforme aponta a autora, é que tornam visíveis a necessidade e importância da realização de ações concretas em todas as áreas previstas no PNAES, com destaque, na atualidade, para as de inclusão digital.

Desta forma, o PNAES prevê a implementação de ações em diversas áreas. Dentre as previstas na sua execução estão:

Art. 3o. [...] § 1o As ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas: I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V- inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII- creche; IX - apoio pedagógico; e X- acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010).

Cabe destacar que cada IFES tem autonomia para desenvolver as ações, atuando a partir de regulamentações próprias em resoluções institucionais. Tais normativas viabilizam os compromissos institucionais com os principais objetivos da política, no sentido de garantir o acesso e a permanência dos estudantes, sendo que o que se verifica é que ações concretas em todas as áreas são fundamentais na composição dos recursos necessários para os estudantes, no que diz respeito à garantia de sua permanência na Universidade.

Ponto comum entre os textos analisados é a percepção de que ela se configura como uma política pública que tem grande potencial no sentido de fortalecer e garantir a permanência dos estudantes na educação superior pública e minimizar as desigualdades, viabilizando a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes.

Deste modo, a Assistência Estudantil se constitui num conjunto de ações fundamentais para a concretização do direito à educação. De acordo com Crosara e Silva, (2020, p. 16):

[...] a sua origem nacional remonta ao início do século XX, completando, em 2018, noventa anos. Em que pese seu tempo de presença nas Instituições de Ensino Superior (IES), ainda hoje ela não está regulamentada por uma legislação federal infraconstitucional enquanto política nacional.

Assim, entende-se o PNAES como uma política que ainda está em construção, consideradas as transformações sofridas em sua trajetória desde a criação através da Portaria

Normativa nº. 39/2007 (BRASIL, 2007b) do Ministério da Educação (MEC) até sua vigência atual por meio do Decreto nº. 7.234/2010 (BRASIL, 2010).

Tal afirmativa se dá a partir da percepção de que para sua consolidação enquanto política pública se torna extremamente importante a modificação de sua condição, frágil e incerta, de decreto para a sua promulgação em forma de lei.

Além disso, percebe-se que essa construção da política se dá no cotidiano da educação superior, mediante a alteração das demandas dos estudantes, a exemplo do que aconteceu em virtude da pandemia com a inclusão digital. Uma vez que essa ação se tornou visível neste contexto, demonstrou-se imprescindível para a permanência dos estudantes, movimentando as instituições para a sua concretização.

A inclusão digital no contexto do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)

Em tempos de sociedade em rede, as tecnologias digitais impuseram-se cada vez mais como um elemento importante e que proporcionam significativas modificações nos nossos modos de viver, pensar, comunicar e estudar. Deste modo, a inclusão digital se torna parte de nosso vocabulário e passa a figurar no contexto das políticas públicas (PISCHETOLA, 2016).

Na perspectiva deste artigo, tendo por contexto a política pública da Assistência Estudantil, a inclusão digital constitui-se como um importante dispositivo para a transformação dos sujeitos e para o seu empoderamento em relação à garantia de direitos. Desse modo, torna-se imprescindível o acesso à informação pela sociedade civil, e ele tem sido apontado como um dos meios para o desenvolvimento tanto do potencial criativo quanto intelectual dos indivíduos (NEVES, 2019). Isso tem permitido que os sujeitos, a partir da oportunidade do acesso aos equipamentos, à tecnologia e à sociedade em rede, possam contribuir com as transformações da sociedade.

Recentemente, em virtude da pandemia que fez com que toda a estrutura social (saúde, trabalho, educação etc.) fosse impactada com relevantes modificações e adequações, principalmente no que diz respeito à forma como nos relacionamos enquanto sociedade, é incontestável que essas mudanças desvelam a difícil realidade de milhões de brasileiros, principalmente no que diz respeito à educação. Isso fica evidente na adesão das instituições educacionais ao ensino remoto como forma de garantir a continuidade do ano letivo e o direito à educação, na desigualdade tecnológica, que é oriunda da exclusão digital (TENÓRIO; FERREIRA; SOUZA, 2021).

Ao olhar a Assistência Estudantil e a inclusão digital, discutidas de modo mais direto, utilizando-se a associação dos descritores “assistência estudantil *and* inclusão digital”, observa-se que na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) não se encontra nenhuma produção específica sobre o tema nas Bases de Dados disponíveis no Portal de Periódicos da Capes: é possível localizar a publicação de somente um artigo sobre o tema nos últimos cinco anos.

Este estudo, de autoria de Jackeline Soares Lima (2021), realiza um exame reflexivo sobre as ações da Assistência Estudantil contextualizando a apresentação do processo de implementação de um edital inédito para a inclusão digital no cenário da Universidade de Brasília (UNB).

O fato de não haver produção sobre o tema evidencia que ele se torna emergente no contexto já apresentado sobre o advento da pandemia da Covid-19, e que mobiliza a educação superior no sentido de urgência na implementação de políticas públicas para a inclusão digital.

Corroborando com essa percepção o fato de que na “V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES - 2018” não são localizadas análises mais amplas ou aprofundadas sobre a inclusão digital, diferentemente do que ocorre com as outras áreas de atuação do PNAES. Este estudo foi idealizado pelo Observatório do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis – FONAPRACE e realizado pela Universidade Federal de Uberlândia. Cabe ilustrar que este relatório apresenta a inclusão digital como “Programas que viabilizem acesso a dispositivos como computadores, tablets ou cursos, bolsas ou auxílio financeiro” (BRASIL, 2019, p. 132) e não faz referência a outras ações ou iniciativas para além do acesso aos equipamentos como medidas de inclusão digital.

A seguir é possível visualizar os percentuais de graduandos (as) por região geográfica de campus, segundo a sua participação em ações de programas de Assistência Estudantil (em %) – 2018 (tabela 1):

Tabela 1 – Graduandos (as) por região geográfica de *campus*, segundo a participação em ações de programas de Assistência Estudantil (em %) – 2018

Programas/ações	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Nacional
Alimentação	9,3	14,4	18,4	26,0	17,3	17,3
Moradia	4,2	7,8	8,0	10,6	4,2	7,5
Atendimento psicológico	1,9	2,5	3,9	4,1	1,7	3,0
Apoio pedagógico	0,8	1,0	1,1	1,9	0,3	1,1
Atendimento médico	2,0	3,3	3,7	2,8	0,6	2,9
Atendimento odontológico	0,9	1,7	2,5	2,2	0,5	1,8
Transporte	6,0	5,3	10,2	12,1	6,5	8,2
Creche	0,6	0,4	0,2	0,4	0,1	0,3
Esporte e lazer	0,6	0,8	1,6	1,3	0,9	1,1
Cultura	0,5	0,6	1,4	1,5	0,6	1,0
Deficiência	0,3	0,2	0,1	0,1	0,1	0,2
Inclusão digital	0,4	0,5	0,4	0,5	0,1	0,4
Promisaeas/PEC G	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1
Bolsa Permanência – Instituição	7,8	5,6	9,0	8,4	7,7	7,6
Bolsa Permanência MEC	0,9	0,8	3,3	3,8	0,6	2,1

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e cultural dos graduandos(as) das IFES (2018) adaptado pelos autores

Em comparação com os auxílios referentes às outras áreas de ação propostas pelo PNAES, observa-se desvantagem da inclusão digital em relação aos percentuais de estudantes alcançados em todas as regiões. Isso demonstra maiores investimentos por parte das IFES nas outras áreas que têm sido consideradas pelas instituições como prioritárias.

Na atualidade, a inclusão digital e, a partir dela, o acesso à informação pelas pessoas, grupos e sociedade tem se tornado cada vez mais importante e necessário. Neste sentido, Neves (2019, p. 19) afirma que:

O acesso à informação pela sociedade civil tem sido apontado como um dos meios que pode contribuir para o desenvolvimento do potencial criativo e intelectual dos indivíduos. Esse processo de acesso, mediado por um computador e com o apoio de mediação humana, vem sendo discutido na literatura de diversas áreas das Ciências Sociais aplicadas e Humanas. Tais discussões geram estudos que, por sua vez, têm relatado e/ou embasado iniciativas governamentais e não governamentais que pretendem minimizar a exclusão digital.

Conforme indica a autora, tais discussões proporcionam o desenvolvimento de novas iniciativas. No contexto da educação superior e com o advento da pandemia da Covid-19, a necessidade da inclusão digital foi desvelada. Essas ações se tornaram imprescindíveis na composição dos recursos proporcionados aos estudantes para a sua permanência na universidade, e acredita-se que ela seja tão necessária e importante quanto, por exemplo, a

alimentação e a moradia, potencializando a concretização do processo de ensino e aprendizagem e colaborando no sentido de evitar a retenção e a evasão, como está objetivado no Programa Nacional de Assistência Estudantil.

Deste modo, a inclusão digital se apresenta como um dos dispositivos necessários para a viabilização dos processos de educação. Segundo Marcon (2015, p. 23):

[...] a inclusão digital pressupõe o empoderamento das pessoas por meio das tecnologias, da garantia da equidade social e da valorização da diversidade, suprimindo necessidades individuais e coletivas, visando à transformação das próprias condições de existência e o exercício da cidadania na rede.

A autora menciona o entendimento da inclusão digital como sendo algo que vai além do acesso aos recursos tecnológicos e que se configura na efetiva utilização da tecnologia para a transformação das pessoas e o seu empoderamento. Assim, acredita-se que esta ação no contexto da educação, na atualidade, vem possibilitar a vivência dos estudantes, o acesso e a sua participação no conjunto das atividades propostas pelos cursos e nas demais demandas acadêmicas que foram reestruturadas para atender aos sistemas remotos de ensino.

Segundo Saviani (2020, p. 06, grifos do autor):

Essa expressão "ensino remoto" vem sendo usada como alternativa à Educação a Distância, pois a EaD já tem existência regulamentada coexistindo com a educação presencial como uma modalidade distinta oferecida regularmente. Então, o "ensino remoto" é posto como um substituto do ensino presencial excepcionalmente nesse período da pandemia em que a educação presencial se encontra interdita.

Sendo uma medida transitória de substituição do modo de atender aos estudantes no processo de aprendizagem, para ser efetiva, ela requer que sejam garantidas determinadas condições para a sua realização. Para tal, Saviani (2020, p. 6) afirma que:

a) o acesso de todos os alunos ao ambiente virtual propiciado pela aparelhagem representada por computadores, celulares e similares; b) considerando que alunos e professores devam estar confinados nas suas residências, estas deverão estar todas equipadas com acesso à internet; c) é preciso que todos os estudantes preencham os requisitos mínimos para acompanharem, com proveito, o ensino remoto. Ou seja, é preciso que todos estejam não apenas alfabetizados em sentido estrito, mas também em sentido funcional e, mais do que isso, não sejam analfabetos digitais.

Conforme alerta o autor, para além dos aspectos materiais relacionados aos equipamentos e conectividade necessários, torna-se imprescindível que os estudantes sejam

capazes de protagonizar o aprendizado mediante o domínio das formas de utilização das ferramentas tecnológicas que possibilitam o acesso ao conhecimento.

Em suma, Neves (2019, p. 69), afirma que “As características do protagonista são bem-vindas no processo educativo porque visam melhorias no desempenho escolar quando empregadas sob linhas comportamentais e teorias do desenvolvimento”. Segundo este autor, espera-se que os estudantes, na posição de protagonistas, vejam-se como sujeitos ativos do processo e frente ao objeto de aprendizagem, enquanto sujeitos protagonistas, sejam os atores principais dessa ação e responsáveis por determinados estados que estimulam o aprendizado.

Deste modo, pensa-se que a inclusão digital, por sua responsabilidade em possibilitar a interação e a participação dos estudantes nesse novo cotidiano, no qual a tecnologia e o acesso a ela se tornaram fundamentais para a realização e a participação no processo, passa a ser considerada potencial também para a inclusão social.

Como categoria de análise, compreende-se a inclusão digital como sendo para si um objeto político. Num discurso político materializado em programas, linhas e estratégias de ação, projetos e centros sociodigitais, encontra-se no âmbito da educação, observada principalmente como política pública, na qual o principal sujeito (contexto das análises) tem sido a escola (NEVES, 2019).

Nesse sentido, Pischetola (2016) afirma que a inclusão digital se constitui como inclusão social e política dos cidadãos, sendo que o acesso à tecnologia se torna uma oportunidade. Enquanto oportunidade, podemos dizer que ela passa também pelas práticas de produção de conteúdo orientadas a uma cultura em que os jovens são auxiliados na construção de suas identidades sociais e na conexão do livro de texto com as suas experiências concretas no mundo.

Assim, acredita-se que a inclusão digital se configura em oportunidade, uma vez que ela traz consigo as condições materiais para o acesso aos equipamentos, às tecnologias e aos demais meios necessários para a conectividade, mas, também, por permitir as condições humanas para a manutenção das interações sociais e da participação no processo educativo, por meio da rede e de suas mais diversas ferramentas de conectividade.

Neste contexto e para as situações que experienciamos no processo pedagógico na atualidade, Neves (2019), afirma que a interatividade se torna essencial na Educação, pois objetiva dinamizar as práticas pedagógicas, considerando a velocidade advinda do conceito de hipertexto e a versatilidade da hipermídia. O dinamismo proporcionado pela interatividade nos contextos comunicativos constitui-se em um rico ambiente de aprendizagem cooperativa em rede.

Dessa maneira, os processos de inclusão digital propiciam movimentos coletivos, como bem explica Marcon (2015, p. 51):

[...] Processos de inclusão digital pressupõem movimentos coletivos e descentralizados, nos quais cada sujeito é potencialmente um nó que pode inferir, transformar e dar novas perspectivas para o fluxo da rede. Nesse cenário, a interatividade, a inteligência coletiva, a diversidade e a necessidade de assumir-se como sujeito protagonista e produtor de conteúdos potencializa o exercício da cidadania na rede e invalida o modelo de reprodução e consumo.

O cenário apontado pela autora, no contexto da educação superior, propicia aos estudantes a interação/ação necessária com colegas, professores e com a instituição de ensino e a participação no processo de aprendizagem, mas para além dele permite o seu empoderamento, o protagonismo e a sua participação nas relações sociais e uma perspectiva de superação das desigualdades sociais, digitais e educacionais existentes. Isto é, entender que o estudante desenvolve além de habilidades técnicas de uso da tecnologia digital, mas também tem práticas sociais, relações com seu contexto sociocultural e formas de pensamento críticos e pessoais.

Considerações finais

Com base no estudo realizado, percebe-se que o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) se configura num importante avanço para a garantia da permanência dos estudantes na educação superior pública e se consolida na perspectiva de um direito aos estudantes em vulnerabilidade social. Pode-se constatar que sua implementação se torna um desafio, considerando-se a complexidade, que advém de mudanças significativas no perfil de atendimento. Essas modificações, que impactam sensivelmente o campo da AE, estão diretamente relacionadas à implantação de políticas educacionais, tais como: Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), Sistema de Seleção Unificada (SISU) e Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

Para a efetividade da política, no que diz respeito à garantia da permanência dos estudantes, reafirma-se a relevância de ações voltadas para inclusão digital, além das demais áreas previstas pelo PNAES, e a necessidade de alocação, por parte das IFES, de um maior volume de recursos para o seu financiamento.

Diante de modificações tão significativas no contexto social, na atualidade, evidencia-se que a inclusão digital se torna imprescindível no cenário da educação superior e na

composição dos recursos proporcionados aos estudantes para a sua permanência na universidade.

De modo concreto, verifica-se que a inclusão digital tem sido oportunizada pela transferência de recursos para dar acesso a equipamentos eletrônicos e pacotes de dados de internet pelas IFES. Essa ação, associada aos demais recursos oportunizados pela AE, parece ser relevante e auxiliar na permanência dos estudantes em seus cursos. Todavia, entende-se que, para proporcionar efetivamente a inclusão digital, se deve ampliar a capacidade de ação das instituições para além da proposição dos recursos para o acesso, sobretudo proporcionando também ações que possibilitem o empoderamento dos sujeitos na utilização das tecnologias e ampliando o seu potencial para o uso no processo de aprendizagem.

Assim, desenvolver ações de garantia e permanência dos estudantes, no âmbito da inclusão digital, parece influenciar na redução das desigualdades sociais, educacionais e digitais. Percebe-se, entretanto, que para garantir a cidadania desses sujeitos é necessário que tenham, além do acesso à tecnologia e seus recursos digitais, condições adequadas para utilização dessas ferramentas tecnológicas para aprendizagem.

Os estudantes que utilizam a política têm uma condição de fragilidade em relação à sua permanência nas instituições. Assim, com base nas leituras preliminares que foram realizadas, observa-se que as ações que foram problematizadas, somadas aos demais recursos oportunizados pela Assistência Estudantil, vêm possibilitar o acesso e a permanência desses sujeitos na universidade, a continuidade dos seus cursos de graduação e o protagonismo necessário para a sua concretização.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Decreto n. 6.096 de 24 de abril de 2007**. Brasília, DF: MEC, 2007a. Disponível em:
<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=6096&ano=2007&data=24/04/2007&ato=eadoXWE9ENRpWTafd>. Acesso em: 08 dez. 2022.
- BRASIL. **Decreto Legislativo n. 39, de março de 2007**. Aprova o ato que autoriza a associação comunitária entre amigos de reserva a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de reserva, estado do Paraná. Brasília, DF: SF, 2007b. Disponível em:
<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DLG&numero=39&ano=2007&data=28/03/2007&ato=7eeMTQ65ENRpWT60d>. Acesso em: 08 dez. 2022.
- BRASIL. **Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o programa nacional de assistência estudantil – PNAES. Brasília, DF: MEC, 2010. Disponível em:
<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=7234&ano=2010&data=19/07/2010&ato=b10MzYU5EMVpWT28c>. Acesso em: 08 dez. 2023.
- BRASIL. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das IFES - 2018**. Brasília, DF: ANDIFES, 2019. Disponível em:
<https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>. Acesso em: 28 set. 2021.
- CROSARA, D. M.; SILVA, L. B. **A assistência estudantil em debate: análise dos projetos de lei em tramitação no congresso nacional brasileiro**. Curitiba, PR: Publishing, 2020.
- LIMA, J. S. A assistência estudantil na Universidade de Brasília durante a pandemia do COVID-19. **Cadernos Cajuína**, Teresina, v. 6, n. 3, p. 228-242, 2021. Disponível em:
<https://cadernoscajuina.pro.br/revistas/index.php/cadcajuina/article/view/504/438>. Acesso em: 03 jul. 2021.
- MARCON, K. **A inclusão digital na formação inicial de educadores a distância: Estudo multicaso nas universidades abertas do Brasil e de Portugal**. 2015. 252 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em:
<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/117771>. Acesso em: 05 set. 2021.
- MARCON, K.; MALLAGI, V. **(Re)Pensar os processos educativos sob o olhar da inclusão digital**. Informática na Educação: série de livros-texto da CEIE-SBC. Porto Alegre: SBC; CIE, 2021. Disponível em: <https://educacao.ceie-br.org/inclusao-digital/>. Acesso em: 29 ago. 2021.
- MOCELIN, C. E. Assistência estudantil como política de proteção social: uma possibilidade de seguridade social ampliada e intersetorial. **O Social em Questão**, n. 45, p. 239-260, 2019. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=705&sid=60>. Acesso em: 07 dez. 2021.
- NEVES, B. C. **Inclusão digital na educação: Ciborgues, hackers e políticas públicas**. Curitiba, PR: CRV, 2019.

PERSKE, K. E. **A política de assistência estudantil na Universidade Federal de Santa Maria**: Uma análise do auxílio à aquisição de material pedagógico. 2020. 198 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2020.

PISCHETOLA, M. **Inclusão digital e educação**: A nova cultura da sala de aula. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

POZOBON, L. L. **Políticas de assistência estudantil da Universidade Federal de Santa Maria/RS**: Estratégias de permanência do estudante na educação superior. 2019. 162 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/19168>. Acesso em: 06 out. 2021.

SAVIANI, D. Crise estrutural, conjuntura nacional, coronavírus e educação – o desmonte da educação nacional. **Revista Exitus**, v. 10, n. 1, p. 1-25, 2020. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/1463>. Acesso em: 20 fev. 2022.

SILVA, J. B. **A política de assistência estudantil**: Estudo sobre condicionalidades. 2016. 148 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2016. Disponível em: https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/7069/2/DIS_JULIANA_BARRETO_DA_SILVA_COMPLETO.pdf. Acesso em: 25 set. 2022.

TENÓRIO, S. S. A.; FERREIRA, F. M. E. C.; SOUZA, D. Q. M. Políticas Públicas Educacionais e as Desigualdades Sociais e Digitais em Tempos de Pandemia. **Sala 8 - Revista Internacional em Políticas, Currículo, Práticas e Gestão da Educação**, v. 01, n. 01, 2021. Disponível em: <https://www.revistasalaoito.com.br/article/doi/10.29327/235555.1.1-5>. Acesso em: 20 fev. 2022.

YIN, R. K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.

CRediT Author Statement

Reconhecimentos: À Universidade Federal de Santa Maria, em especial à PróReitoria de Assuntos Estudantis e à Chefia do Núcleo de Atenção ao Estudante (NAE) pela colaboração em todos os aspectos relacionados à pesquisa.

Financiamento: Pesquisa desenvolvida com recursos próprios.

Conflitos de interesse: Não há conflitos de interesse.

Aprovação ética: Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa. Parecer consubstanciado CEP 5.271.612 datado de 03 de março de 2022.

Disponibilidade de dados e material: Os dados construídos foram armazenados no Google Drive vinculado ao e-mail institucional do pesquisador e compartilhados com o e-mail da professora orientadora e permanecerão arquivados por um prazo de cinco anos. Os interessados em consultá-los poderão fazê-los entrando em contato pelo e-mail adauton.muller@ufsm.br ou andrea.cecchin@ufsm.br.

Contribuições dos autores: A pesquisa foi desenvolvida por Adauton Ezequiel Müller, sob orientação da professora Andréa Forgiarini Cecchin e coorientação da professora Vanessa dos Santos Nogueira.

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.
Revisão, formatação, normalização e tradução.

